

**A Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima,
na Terra Indígena Morro Branco - MA:
educação e cidadania**

**The Judite de Sousa Lima Community Library
in Morro Branco Indigenous Land - MA:
education and citizenship**

**La Biblioteca Comunitaria Judite de Sousa Lima,
en la Tierra Indígena Morro Branco – MA:
educación y ciudadanía**

José Valdenilson da Silva Felix-Ives

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luiz/MA – Brasil

Betina Bento Ribeiro Lima

Secretaria Municipal de Educação de Grajaú, Grajaú/MA – Brasil

Luiza Nakayama

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Neusani Oliveira Ives-Felix

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luiz/MA – Brasil

Resumo

Objetivamos entender o papel da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima, implantada no Centro de Ensino Indígena Djalma Marizê Filho, para aldeia Morro Branco, no município de Grajaú – MA, após dois anos de funcionamento. A comunidade considera que a implantação da biblioteca proporcionou maior motivação para a prática da leitura, acesso a livros e a pesquisas, a oportunidade de um aprendizado diferenciado por meio da leitura compartilhada. As professoras afirmaram que realizam atividades no local: conto de histórias, roda de leituras, exibição de vídeos, pesquisas, produção de material didático e planejamento de aulas, dentre outras. Concluímos que essa biblioteca se constitui em um espaço de mediação da leitura e de conhecimentos e vem oportunizando acesso à informação, ao lazer e à cultura. Favorece, assim, a formação de cidadãos leitores e pesquisadores e pode colaborar para o desenvolvimento sociocultural da comunidade, além de fortalecer a pertença étnica.

Palavras-chave: Biblioteca comunitária, Leitura, Comunidade indígena, Lazer, Cultura

Abstract

We aim to describe the role of Judite de Sousa Lima Community Library, located in the Djalma Marizê Filho Indigenous Teaching Center, Morro Branco Village, Maranhão state, after two years of operation. The community considers that the implantation of the library provided greater motivation for the practice of reading, access to books and research, and the opportunity for a differentiated learning through shared reading. The

teachers affirmed that they carry out activities in the library like storytelling, reading circle, videos, research, production of didactic material and lesson planning, among others. We conclude that this library constitutes a space of reading mediation and knowledge, and it has provided access to information, leisure and culture, favoring the training of citizens readers and researchers, which could contribute to the socio-cultural development of the community and strengthen the ties of ethnic belonging.

Keywords: Community library, Reading, Indigenous community, Leisure activity, Culture

Resumen

Objetivamos entender el papel de la Biblioteca Comunitaria Judite de Sousa Lima, establecida en el Centro de Enseñanza Indígena Djalma Marizê Filho, para la aldea Morro Branco, en el municipio de Grajaú – MA, tras dos años de funcionamiento. La comunidad considera que la implantación de la biblioteca proporcionó mayor motivación para la práctica de la lectura, el acceso a libros y a investigaciones y la oportunidad de un aprendizaje diferenciado por medio de la lectura compartida. Las profesoras afirmaron que realizan actividades en ese espacio: narrativa de historias, círculos de lectura, exhibición de vídeos, investigaciones, producción de material didáctico, planeamiento de clases, entre otras. Concluimos que dicha biblioteca constituye un espacio de mediación de la lectura y de conocimientos y que abre posibilidades para el acceso a la información, al ocio y a la cultura. Además, favorece la formación de ciudadanos lectores y de investigadores que pueden colaborar en el desarrollo sociocultural de la comunidad, además de fortalecer la pertenencia étnica.

Palabras clave: Biblioteca comunitaria, Lectura, Comunidad indígena, Ocio, Cultura

1. Introdução

1.1 Biblioteca comunitária e biblioteca escolar

As bibliotecas, sejam públicas ou privadas, realizam serviços básicos de atendimento, levando em conta o perfil de seus frequentadores. Dessa forma, devem sempre buscar a interação entre práticas educacionais e culturais, permitindo que a comunidade também utilize o espaço, para colocar em prática ideias através de ações locais. No entanto, “os governos dos estados e dos municípios, de modo geral, não estão preocupados com a biblioteca pública e não as veem como espaços estratégicos para o desenvolvimento local” resalta Machado (2010, p. 108).

A expressão biblioteca comunitária, no Brasil, surgiu em 1978, no âmbito da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, através de um artigo sugestivo denominado “Biblioteca Pública é Biblioteca Escolar?”. Porém, ainda hoje, não se tem dados para afirmar com exatidão o número de bibliotecas comunitárias funcionando no Brasil. Apesar de já existir o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas

Municipais, os dados são incipientes, quando se trata de mapear aquelas ligadas à gestão comunitária (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010).

Para Machado (2009), a biblioteca comunitária brasileira, como prática social, tem como objetivo a criação de um espaço comum de articulação local, com seus atores, com sua organização e com o uso da informação. Assim, partindo do conceito de comunidade como processos participativos em coletividade, a autora afirma que “as bibliotecas comunitárias, geralmente são instaladas em regiões carentes de informações, cultura e lazer dos grupos ali existentes. Por vezes, são instaladas nas regiões e bairros periféricos dos grandes centros urbanos” (p. 91).

A criação de bibliotecas comunitárias depende de algumas condições básicas para sua implementação, dentre elas, a necessidade de se pensar sobre a construção de um espaço que ofereça um ambiente integrador, que dê possibilidade de acesso a um mundo de informações que ajudarão crianças, jovens e adultos na sua formação como cidadão. Portanto, criar uma biblioteca é uma forma de valorizar a cultura da própria comunidade. Nesse contexto, toda e qualquer biblioteca deve atuar, de modo a ser um organismo vivo, para que o acesso à informação se torne mais democratizado e o processo de ensino e aprendizagem mais inclusivo (BRASIL, 1977).

Para Guedes (2019), as bibliotecas comunitárias são consideradas como ambientes físicos que foram criados e são mantidos por iniciativa das comunidades civis, geralmente, sem a intervenção do poder público. Esses centros comunitários possuem um acervo bibliográfico multidisciplinar, abarcando diversas tipologias documentais, com suas coleções, por vezes, organizadas de forma improvisada ou intuitiva, pois o objetivo principal desses espaços é a ampliação do acesso da comunidade à diversidade de informações.

Neste sentido, as bibliotecas comunitárias devem promover o acesso aos registros do conhecimento, o estímulo à leitura e sua interpretação através de atividades como a hora do conto, concurso de poesia e literatura e, ainda, focar questões do cotidiano da comunidade, alerta Milanese (1986). Por essa razão, a maioria das bibliotecas comunitárias brasileiras não conta com profissionais da informação à frente de seus trabalhos, mas membros das próprias comunidades (BASTOS et al., 2011).

Consideramos que as bibliotecas comunitárias são baseadas em princípios da educação popular, em que o ato de ler é visto como prática de liberdade, de acordo

com o legado de Paulo Freire. Dessa forma, dentre os valores que alicerçam a sua manutenção, estão os associados a uma ação educativa mediadora e de gestão popular. Um exemplo é o Espaço de Leitura Profa. Ana Lucia Santos de Jesus, biblioteca comunitária, convênio entre a Paróquia Santo Antonio de Lisboa, Associação das Escolas Católicas (AEC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), em Belém – PA. Com apoio de voluntários, viabilizam-se as atividades desenvolvidas ali, cumprindo, assim, o papel motivador, representando alternativa, para que os paroquianos exercitem o raciocínio, a imaginação, o senso de observação e o pensamento lógico (NAKAYAMA et al. 2008).

Machado (2010, p. 97) acredita que a relação entre a biblioteca pública e a área da educação se dá no Brasil por três motivos: “primeiro, pelo forte caráter educacional que essa biblioteca desempenha [...] o segundo [...] a carência de bibliotecas escolares no país; e, terceiro, pelo fato de a cultura ser a base de toda a sociedade e suas ações terem por princípio a transversalidade e a multiplicidade”.

No que diz respeito às bibliotecas escolares, a Lei nº 12.244/2010 torna obrigatória a criação de bibliotecas em grande parte das escolas brasileiras, públicas e privadas. Para os fins dessa lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte, destinados à consulta, à pesquisa, ao estudo ou à leitura.

Assim, a gestão da informação na biblioteca escolar precisa ser organizada, para que, de fato, contribua para a formação de alunos críticos e geradores de conhecimento, em última análise, valorizando o trabalho colaborativo das pessoas que integram a comunidade escolar. É pertinente lembrar que, na atualidade, as informações se renovam rapidamente, portanto, elas e sua socialização precisam acompanhar as mudanças, o que significa, no trabalho da gestão de informações no ambiente escolar, atualizar, administrar, organizar e compartilhar de forma segura o conhecimento.

No contexto da relação ensino e aprendizagem, Antunes (2002) destaca que a escola deve propor atividades que levem o aluno a desenvolver certas habilidades, dentre as quais a de ser capaz de debater, deduzir, analisar, interpretar, provar, concluir, conceituar, demonstrar, refletir, criticar, sintetizar, reproduzir, solucionar problemas e pesquisar. Assim, ao serem estimulados a trabalhar tais habilidades, os educandos precisarão tomar distância do aprendizado centrado na oralidade do

professor e do uso quase exclusivo do livro didático adotado para as disciplinas e se aproximarem, cada vez mais, da biblioteca da escola. Destaca-se, assim, a relevância da biblioteca na formação das pessoas como sujeitos aprendentes e autônomos, em uma sociedade da informação.

Portanto, questões como gestão de informação e de conhecimento representam a principal estratégia na formação do indivíduo e na interação entre aluno e professor, para que haja transferência desse conhecimento de forma mais significativa, ganhando grande relevância no contexto da biblioteca na escola e na formação de alunos que buscam e usam a informação de forma efetiva.

1.2 Biblioteca escolar comunitária em aldeias indígenas

Acreditamos que tanto a biblioteca comunitária como a biblioteca escolar podem ser um espaço de encontro de diferentes, não se limitando a disponibilizar um acervo, mas se configurando como um espaço político de fortalecimento da cidadania dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente. Reconhecendo o poder educativo e transformador da biblioteca comunitária, Ab'Sáber (2009) sugere que, em todos os núcleos-escola da região da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, é necessária a implantação de uma pequena biblioteca comunitária, com acervo a pensar, envolvendo, de início, livros e revistas infanto-juvenis, mapas e fotos selecionadas.

Abbonizio e Ghanem (2016) citam que, na Escola Municipal Indígena Khumuno Wu'u Kotiria, situada no território dos indígenas Kotiria, no município de São Gabriel da Cachoeira - AM, os alunos de ensino médio têm a liberdade de sair da sala de aula para ir à biblioteca e “pegam alguns dos livros didáticos e os folheiam, procurando algum assunto específico” (p.898). Os autores enfatizam também que os Kotiria, graças à uma infraestrutura pessoal e física que atende aos anseios da comunidade, produziram:

uma geração que foi criada principalmente nas comunidades e que, de forma inédita, concluiu o ensino médio morando com seus pais e parentes, sem ter de enfrentar a dura lógica da vida na cidade, da separação da família, como acontecia quando níveis mais elevados de ensino eram disponíveis apenas na sede urbana ou nos centros missionários. Essa geração também não teve que se submeter à escola missionária, que não considerava os saberes indígenas como conhecimento. (ABBONIZIO; GHANEM, 2016, p. 898)

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi entender o papel da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima, implantada no Centro de Ensino Indígena Djalma Marizê Filho, para aldeia Morro Branco, no município de Grajaú - MA, desde seu processo de implantação, apresentando, após dois anos de funcionamento, a percepção da comunidade sobre a importância dessa biblioteca, como agente educacional, cultural, político e social.

2. Caminhos metodológicos

Adotamos o método de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizado “em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 2009, p. 42).

Optamos pela pesquisa de campo, que, de acordo com Vergara (2009, p. 43), é “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”, o que inclui observação *in loco* na Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima e aplicação de questionário aberto ao diretor, supervisor, professores e alunos do Centro de Ensino Indígena Djalma Marizê Filho/Pré-Escola Virgulino Bento e às pessoas da comunidade indígena Morro Branco, além da coordenadora geral da educação indígena municipal de Grajaú-MA (no período de 2013 a 2016). Como já não está na mesma função, a partir daqui, nos referiremos a ela como ex-coordenadora geral.

Cabe destacar que não lançamos hipótese *a priori* na nossa pesquisa de campo, mas diversos aspectos foram surgindo durante o estudo qualitativo. Por essa razão, as questões de pesquisa foram mudando e aprimorando, à medida que fomos nos envolvendo com a comunidade Tentehar e técnicos em educação. Assim, as perguntas foram surgindo, tentando perceber os fenômenos de maneira holística. Nessa perspectiva, “os estudos de pesquisa qualitativa aparecem como visões amplas em vez de microanálises [...]. O pesquisador usa um raciocínio complexo, multifacetado, interativo e simultâneo” (CRESWELL, 2007, p. 186-187).

Esclarecemos que as pessoas da comunidade Tentehar (Guajajara) são falantes do tronco linguístico tupi guarani e da língua portuguesa. A Terra Indígena Morro Branco se localiza a aproximadamente 500 metros de distância da área urbana do município de Grajaú - MA. Apesar da boa localização geográfica, próximo à sede

do município, poucos membros da comunidade Tentehar acessavam a biblioteca pública da cidade.

2.1 Os participantes deste estudo

Dividimos o público-alvo deste estudo em três categorias de pessoas: 1. as que ajudaram na viabilização do funcionamento da biblioteca (sete pessoas); 2. as que participaram do processo de formação, durante a implantação da biblioteca (cinco) e 3. as que moram na comunidade Morro Branco e conhecem e/ou frequentam a biblioteca (seis), totalizando dezoito pessoas.

Na primeira categoria, responderam ao questionário: os técnicos em educação (o diretor e o supervisor), além de uma professora da escola onde a biblioteca comunitária foi instalada, um técnico de saúde indígena, dois servidores da Fundação Nacional do Índio - Funai e a coordenadora geral da educação indígena municipal de Grajaú-MA na época. Nas outras categorias, os respondentes foram, na maior parte, artesãos e estudantes pertencentes à etnia Tentehar. O nível de do primeiro grupo variou de ensino médio incompleto a ensino superior completo, no segundo variou de ensino médio incompleto a ensino superior incompleto e no terceiro, representada pela comunidade, a maioria não tem ensino básico completo. Cabe ressaltar, que boa parte dos questionários foi respondida por estudantes que utilizam a biblioteca comunitária da escola.

3. O processo de implantação da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima

Para discutirmos sobre a biblioteca em questão, analisamos as percepções de representantes da comunidade/alunos/professoras/técnicos em educação, embora sem especificá-los. Além dessas, foram considerados os relatos orais da ex-coordenadora geral da Educação Escolar Indígena do município de Grajaú, profa. Telma Pereira Carvalho, como representante de todo o processo ocorrido para implantação da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima. Portanto, ela não só respondeu o questionário aberto, como também nos forneceu memórias importantes desse evento, nas conversas informais, principalmente, com a ex-coordenadora pedagógica da educação escolar indígena e orientadora deste artigo. Assim, este item é dedicado ao memorial do processo de implantação da biblioteca comunitária em questão, principalmente, sob a perspectiva da ex-coordenadora geral.

A biblioteca comunitária foi idealizada pelo Instituto Ecofuturo, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em parceria com o “Projeto Biblioteca Comunitária Ler é Preciso”, Suzano Papel e Celulose, e a gestão municipal de Grajaú – MA (esses dados também se encontram na placa inaugural). No processo de implantação, a profa. Telma representou a Prefeitura Municipal de Grajaú, organizando a agenda de encontros juntamente com os demais parceiros, com datas e horários previamente definidos com a comunidade indígena Morro Branco e aldeias vizinhas.

Para a profa. Telma, a implantação significou a criação de um espaço acolhedor e a oportunidade de acesso à democratização da leitura para a comunidade Morro Branco e arredores. Portanto, ela acreditava que a implantação da biblioteca comunitária poderia também despertar, na classe estudantil e geral, o interesse por uma nova forma de buscar aprendizado e ter um olhar diferenciado sobre o novo, no sentido de autonomia no ato de aprender a aprender. Desse modo, para a ex-coordenadora geral, essa biblioteca é “uma ferramenta que contribui para o processo de ensino e aprendizagem do alunado, favorecendo o incentivo e a prática da leitura e da pesquisa”.

De acordo com a profa. Telma, o processo de implantação se iniciou com uma análise sobre os dados demográficos do município de Grajaú – MA. Em seguida, houve uma visita de um especialista, representante do Instituto Ecofuturo, em 2014, a fim de dialogar com o gestor público municipal e conhecer a realidade local, potencialidades, dificuldades e diversidade cultural. Nesse encontro, lançou o convite para o município participar como parceiro no projeto de implantação de uma biblioteca comunitária.

Nesse sentido, a profa. Telma nos afirmou que a gestão municipal de Grajaú (2013-2016), ao receber o convite para participar do Projeto Biblioteca Comunitária, também realizou um breve diagnóstico, no qual foi constatada não só a necessidade de implantação de bibliotecas comunitárias em terras indígenas, como também a viabilidade da parceria do Instituto Ecofuturo – “Projeto Biblioteca Comunitária Ler é Preciso”, Suzano Papel e Celulose – e a gestão municipal de Grajaú - MA.

A profa. Telma prosseguiu sua narrativa, informando que, após os diagnósticos iniciais, foi realizada a assinatura do termo de compromisso entre os órgãos parceiros para a realização do empreendimento. Assim, o projeto foi apresentado às lideranças

indígenas da comunidade Morro Branco e às aldeias vizinhas, aos professores, aos agentes de saúde, aos jovens, aos pais de alunos e aos moradores em geral, com o objetivo de engajar o maior número de pessoas no projeto e garantir a vivência de um processo democrático, em que cada etapa da implantação da biblioteca fosse discutida e decidida coletivamente.

Dentre as etapas dessa implementação, destacamos a formação de pessoal para prestar atendimento na biblioteca comunitária. Dessa maneira, as instituições parceiras promoveram os cursos de auxiliar de biblioteca, de promotor de leitura e de gestão pública, com a finalidade de preparar o pessoal para atuar no apoio ao uso da biblioteca. Para tanto, foram selecionados representantes do seguimento da Secretaria de Educação Municipal, mas a prioridade para participar do treinamento foi dada aos jovens da Terra Indígena Morro Branco.

Consideramos que foi uma etapa de grande relevância, porque preparou os jovens da própria Terra Indígena Morro Branco para compreenderem o papel social e cultural da biblioteca e para atuarem nesse espaço. Oportunizou-se, assim, às pessoas da comunidade, habilidades sobre gerenciamento e organização do acervo e demais serviços oferecidos na biblioteca, como por exemplo, a prática de leitura, e a tomada de decisões. Cabe observar que, da turma de pessoas que recebeu capacitação, foi escolhido um auxiliar de biblioteca para trabalhar no local.

Das outras etapas da implantação da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima, destacamos a seleção e indicação de bibliografias pela comunidade local para aquisição, gerenciamento e organização do acervo inicial - 700 livros sugeridos pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil-Fnlj e 300 indicados para compra pela comunidade. Apesar da indicação, boa parte dessa bibliografia foi substituída, devido a algumas obras estarem esgotadas. Nesse sentido, a Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima foi contemplada com um acervo de 1.000 livros, além de mobiliário novo - mesinhas, cadeirinhas, birôs e assentos-, dois computadores, impressora, TV e *BluRay*, com programas de gerenciamento bibliotecário, um espaço físico adaptado e estruturado para a sua implantação e um profissional capacitado contratado pela gestão municipal.

Nesse contexto, a profa. Telma trabalhou de forma engajada em todas as etapas do projeto em questão, desde a fase da assinatura do termo de compromisso, da formação de pessoal, da escolha e da reestruturação do espaço físico, da eleição

para escolha do nome da biblioteca. Também se preocupou com a questão logística de funcionamento: do levantamento e da indicação de 300 obras a serem compradas, da montagem da mobília, do gerenciamento e tratamento do acervo inicial da biblioteca.

Cabe destacar que a profa. Telma se encarregou de programar as atividades culturais no momento de inauguração da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima, em junho de 2015, no Centro de Ensino Indígena Djalma Marizê Filho, que pertence à rede estadual de ensino e também acolhe a Pré-Escola Virgulino Bento, atendida pela Secretaria Municipal de Educação.

Na cerimônia de inauguração, estiveram presentes o então prefeito do município de Grajaú (2013-2016), secretários municipais, vereadores, coordenação municipal de educação escolar indígena, representantes dos órgãos parceiros, representantes indígenas de várias regiões, caciques locais e vizinhos, população indígena em geral e comunidade grajauense não indígena. Durante o evento, foram apresentadas atividades culturais tradicionais do povo indígena Tentehar/Guajajara como a simulação da Festa do Moqueado, cantorias e exposição de produtos artesanais.

Por essa ocasião, a gerente socioambiental do Instituto Ecofuturo no Maranhão, Adriana Soares, disse: “Desde o início, a comunidade do Morro Branco nos deixou claro que o maior interesse deles era o desenvolvimento em educação. Essa parceria casou muito bem com o que acreditamos, pois é por meio da educação que se constrói desenvolvimento”¹.

Esse mesmo anseio também está na placa inaugural do evento:

Este é um importante patrimônio da comunidade. É a concretização de um sonho, cujo principal objetivo é democratizar o acesso à leitura e apoiar a formação de leitores. Com ele, estamos contribuindo para que todos os cidadãos sejam mais informados e conscientes de seu papel no país e no mundo.

¹ A implantação da *Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima* foi noticiada no portal da Imirante.com. Disponível em: <<https://imirante.com/grajau/noticias/2015/06/30/grajau-aldeia-morro-banco-recebe-biblioteca-comunitaria.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

3.1 Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima: possibilidades de partilha de saberes, dizeres e fazeres Tentehar

Passados pouco mais de dois anos da implantação da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima, buscamos reviver alguns momentos, constatar como esse espaço está sendo utilizado, tanto pela escola quanto pela comunidade em geral e conhecer a percepção das pessoas a respeito da biblioteca comunitária na aldeia Morro Branco. Com esse objetivo, aplicamos um questionário aberto aos indígenas Tentehar e aos não indígenas que ajudaram na viabilização do funcionamento da biblioteca, aos indígenas Tentehar que participaram do processo de formação de pessoal, para atuarem em espaços de bibliotecas e aos moradores e estudantes pertencentes à etnia que conhecem e/ou frequentam a biblioteca.

No entanto, preferimos aqui, não separar os respondentes, uma vez que verificamos uma certa homogeneidade nas respostas, embora tenhamos feito questionários específicos para cada uma das três categorias mencionadas.

Começamos perguntando sobre os motivos que teriam levado à escolha da comunidade Morro Branco para sediar a Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima. As respostas foram, “acreditamos que pelo fato de a Terra Indígena Morro Branco estar situada próxima à zona urbana” e “ser composta por várias aldeias ao seu redor e também por ficar próxima da Terra Indígena Bacurizinho que possui outras aldeias”.

As respostas dos questionários abertos também confirmaram que, durante o processo de implantação da biblioteca, foram convocadas e realizadas várias reuniões com a participação de todos os interessados, “com a finalidade de articular e de decidir os melhores caminhos a seguir”, juntamente com a comunidade indígena Morro Branco.

Além disso, os interlocutores destacaram que foi durante as reuniões que se decidiu que a escolha do nome da biblioteca seria realizada por meio de votação junto à comunidade Morro Branco. Foi um momento tenso, por haver nomes de outras pessoas, *in memoriam*, sendo defendidos para receber a homenagem, as opiniões se dividiam, e os ânimos ficavam acalorados. Portanto, a votação pareceu o instrumento mais democrático nesse processo de escolha. Realizada a eleição, o nome “Judite de Sousa Lima foi o escolhido em homenagem a uma das matriarcas da aldeia, que deixou um belíssimo legado aos seus pares”.

Cabe destacar ainda que a participação da comunidade beneficiada foi essencial para a escolha do espaço físico onde foi instalada a biblioteca. De acordo com os colaboradores da pesquisa, foram realizadas, pelo município, modificações em toda a estrutura física no prédio do Centro de Ensino Indígena Djalma Marizê Filho, local escolhido para a implantação da biblioteca comunitária, tais como: “a construção de divisórias, forro, iluminação, pintura e piso cerâmico para atender as necessidades da biblioteca e da escola”.

Assim, no que diz respeito ao ambiente da biblioteca, todos os colaboradores da pesquisa afirmaram ser um espaço aconchegante, e 25% destes, apontaram ainda o fato de ser espaçosa e bem iluminada. No entanto, o corpo docente da escola enfrentou dificuldades iniciais para utilizar o espaço bibliotecário, como por exemplo, na efetividade das rodas de leituras e de conversa com o alunado, afirmou a profa. Telma. Quanto à disposição dos livros, 80% dos respondentes afirmaram que os exemplares estão dispostos em estantes, e que os livros de literatura estão bem posicionados; 20% disseram que o acervo às vezes não fica bem visível aos leitores.

Sobre a utilização dos livros, 50% dos respondentes leem na própria biblioteca comunitária, e os demais levam os livros para a casa em forma de empréstimo. No entanto, a frequência com que os livros são emprestados ainda é considerada baixa, uma vez que 20% buscam os livros uma ou mais vezes por semana, e os demais se distribuem entre os que levam um ou mais livros para casa por mês, por ano, raramente e, até, os que nunca tomam livros emprestados.

Os participantes da pesquisa apontaram que 57% dos usuários da biblioteca têm idade inferior a 10 anos. Podemos inferir que, pelo fato de a biblioteca estar inserida dentro de uma escola de educação básica e considerando que a faixa etária dos usuários do espaço bibliotecário coincide com a faixa etária dos estudantes, os frequentadores da biblioteca comunitária são, em sua maioria, alunos da própria escola.

Diante desse fato, questionamos se as pessoas da comunidade em geral usavam ou não, a Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima. Dos respondentes: 50% afirmaram que às vezes; 33% disseram que sim e 17% indicaram que não se aproximaram da escola, situação que reforça o fato de, apesar de ser uma biblioteca comunitária, grande parte dos usuários é da comunidade escolar. No entanto,

percebemos que a comunidade se sente orgulhosa de sediar a biblioteca comunitária, a qual pode atender a outras comunidades indígenas.

Nesse sentido, buscamos identificar junto aos gestores, aos supervisores, aos professores da escola e à auxiliar de biblioteca, qual a principal atividade que os frequentadores buscavam na Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima. Todos responderam que a utilizavam para a prática de leituras e para assistir vídeos.

E os professores da escola, como utilizavam o espaço da biblioteca comunitária? O resultado da pesquisa constatou que para a contação de histórias e para a realização de roda de leituras. Assim, 50% dos docentes respondentes complementaram, dizendo que a utilizavam principalmente para realizar pesquisas, produzir material didático e planejamento de aulas. De acordo com Pereira e Silva (2012), a construção de conhecimento passa: “necessariamente, pela educação para o uso das fontes de informação, sejam elas tradicionais ou eletrônicas, as quais fomentarão a produção de conhecimento como subsídios indispensáveis à construção da aprendizagem para a vida” (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 309).

Nesse contexto, salientamos a importância da autonomia da comunidade em gerenciar coletivamente a biblioteca da escola, seja ela de forma informativa ou recreativa, contribuindo, assim, de forma mais eficaz para o despertar do gosto pela leitura. Desse modo, a Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima assume uma função social essencial no processo educacional do alunado da comunidade, pois, através da leitura, são compartilhados saberes, dizeres e fazeres de uma forma geral e específica.

Portanto, a leitura, além de democratizante, deve ser democratizada (SOARES, 2010). Dessa forma, entendemos também que:

Aprender a utilizar a informação é uma das mais importantes atividades do currículo escolar e a biblioteca seria o “laboratório de aprendizagem”, contribuindo para a formação de estudantes bem-sucedidos e adultos capacitados, já que na vida futura a capacitação e a satisfação tanto no plano pessoal e social como no profissional dependem da competência individual em usar a informação. (VÁLIO, 1986, p. 15)

No que diz respeito à percepção da escola e da comunidade em geral sobre a biblioteca comunitária na aldeia Morro Branco, constatamos que 75% dos respondentes do questionário consideraram que a implantação da biblioteca proporcionou motivação para a prática da leitura entre os estudantes, e 80% consideraram que ela ajuda no processo de aquisição da leitura e da escrita,

significando para a comunidade, portanto, acesso a livros, a pesquisas, a oportunidade de aprendizado diferenciado, por meio do ato de ler e da inserção de saberes tradicionais nesse espaço que é comunitário.

Reportamo-nos a Abbonizio e Ghanem (2016), que, devido ao esforço dos Kotiria do estado do Amazonas, com apoio logístico de várias entidades e salientando a presença de uma biblioteca comunitária na escola da aldeia, informam que lá funciona também o ensino médio. Já o Centro de Ensino Indígena Djalma Marizê Filho oferece até o ensino fundamental, mas a presença da biblioteca comunitária na escola permite que os alunos Tentehar tenham um espaço de leitura, de lazer e de socialização cultural, onde podem se sentir mais à vontade: um sentimento de pertença e de um lugar de fala.

Cabe destacar que a escola indígena, em foco, fica a aproximadamente 1.000 metros de distância da Biblioteca Municipal de Grajaú. No entanto, os alunos Tentehar não a frequentam, pois se sentem “fora de seu lugar”. Esse sentimento se destaca nas falas de indígenas Tentehar, que se sentem desmotivados e marginalizados, sofrendo com o preconceito e com a barreira linguística, indicando que a diversidade étnica Tentehar é silenciada. A escola não indígena é omissa nesse aspecto (IVES-FELIX et al. 2018c). Uma hipótese é de que essa discriminação vem de raízes profundas e indelévels do tempo do conflito de disputa pela terra entre moradores não indígenas e Tentehar, no povoado São Pedro dos Cacetes, no município de Grajaú – MA (IVES-FELIX et al. 2018b).

Portanto, consideramos que a Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima desempenha o papel de mediar e de compartilhar saberes tidos como universais e saberes específicos e diferenciados através de atividades de leitura e de pesquisa. Nesse contexto, configura-se como um espaço de oferta de subsídios à diversidade cultural Tentehar, com acervo também intercultural, além de auxiliar a comunidade na realização de eventos tradicionais, de lazer, de entretenimento e de fortalecer o sentimento de coletividade do grupo.

Vale ponderar que, pelo menos, a educação escolar infantil indígena já é uma realidade na maioria dos grupos indígenas brasileiros. E como depõe a professora indígena Pretinha, “Não podemos acabar com a escola, mas podemos pensar como ela poderia ser perto do que a gente quer”. E complementa: “a danada da escola é tão

eficiente que ninguém nesse mundo consegue viver sem ela. Então, quer dizer, é uma coisa que foi imposta, que tomou conta [...]” (IVES-FELIX; NAKAYAMA, 2018a).

Ives (2014, p. 226), analisando o livro didático utilizado pelos professores na educação infantil de crianças indígenas Tentehar, ressaltam a fragilidade dos componentes curriculares: “a fetichização da imagem do índio com uma flecha na mão, nu e com um penacho na cabeça acabam contribuindo para a rotulação da imagem indígena, bem como a própria desvalorização de sua cultura”. Somado a esse fato, as mesmas autoras comentam que duas docentes informaram que “as crianças não querem mais falar a língua materna” (p. 224).

Assim, na contramão das situações elencadas, a biblioteca comunitária exerce um papel importante, no sentido de proporcionar aos frequentadores momentos de reflexões, de reconhecimento e de construção de identidade, em uma relação do eu com o outro, em uma relação de alteridade. Ter, em seu acervo, livros didáticos elaborados por professores indígenas Tentehar, que retratam a sua história, seus modos de vida, sua cultura material, seus saberes de curas, dentre outros, em oposição ao saber universal, demonstra o espaço fronteiriço em que está localizada a biblioteca, e, portanto, as relações de contradição que ela carrega.

Nesse contexto, as produções bibliográficas que valorizam os saberes específicos de cada grupo étnico, como *Coletâneas de narrativas guajajara* (DUARTE, et al. 2018) e *Medicina natural e pajelança* (MARANHÃO, 2010), produzidas a partir de saberes sobre o artesanato, a pintura corporal, os rituais, a medicina natural, a pajelança, os mitos e da gramática Tupi guarani entre os indígenas Tentehar, se configuram importantes instrumentos para a vivência de uma educação intercultural. Cabe acrescentar ainda, que a presença de professores indígenas e bilíngues em atividades da biblioteca favorece a autoestima do alunado e a manutenção e valorização da língua materna Tupi guarani pelas crianças e adolescentes indígenas.

Nesse sentido, ressaltamos uma experiência exitosa na Escola Municipal Indígena Khumuno Wu’u Kotiria, situada no território dos indígenas Kotiria, no estado do Amazonas. Sobre ela, Abbonizio e Ghanem (2016, p. 887) concluem que a comunidade, “ao planejar seus objetivos escolares, está refletindo sobre o que quer do seu futuro e de sua comunidade, o que faz de sua escola o espaço principal de reunião comunitária, debate e intervenção sobre as condições de vida atuais e futuras”.

Portanto, consideramos que a Biblioteca Judite de Sousa Lima seja um lugar comum a todos da comunidade e, ao mesmo tempo, um espaço de fronteira, propício para o desenvolvimento de pesquisas com os mais velhos, os anciãos (os detentores dos saberes tradicionais da comunidade Tentehar). Dentre os temas de pesquisas, citamos: a contação de histórias, de lendas, de mitos, a cultura material, a língua, a organização social e a valorização da cosmologia Tentehar. Dessa forma, a biblioteca em questão ajuda a pensar e a caminhar rumo a essa escola que se quer, que se busca: um lugar de interculturalidade e de intercâmbio de saberes.

4. Conclusão

Constatamos que os moradores de Morro Branco e, principalmente, a comunidade escolar do Centro de Ensino Indígena Djalma Marizê Filho consideraram que a implantação da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima proporcionou maior motivação para a prática da leitura, contribuindo para um processo de ensino e aprendizagem com mais qualidade, embora, no tocante à inclusão da diversidade cultural Tentehar na escola e nas atividades da biblioteca comunitária, os traços sejam muito tímidos.

Em um sentido mais amplo, reforçamos a discussão realizada ao longo do texto, do que essa biblioteca significa para a comunidade escolar e a de Morro Branco em geral, ou seja, acesso a livros, a pesquisas, a um aprendizado diferenciado. Nesse contexto, dentre as atividades realizadas pelos professores no espaço da Biblioteca Comunitária Judite de Sousa Lima, destacam-se o conto de histórias, as rodas de leituras e a exibição de vídeos, bem como as atividades de planejamento de aulas, realização de pesquisas e produção de material didático.

No âmbito da democratização do acesso à educação, é imprescindível pensar o espaço da biblioteca comunitária indígena como meio de acesso à leitura, mas também como oportunidade concreta de aquisição de bens culturais e de partilha de conhecimento construído pela coletividade no ambiente escolar e na comunidade. Assim, o fato de a biblioteca comunitária estar em uma comunidade indígena como a de Morro Branco faz com que o povo Tentehar local se sinta orgulhoso, com sentimento de pertença, fortalecendo a luta por uma educação de qualidade e por um currículo, o qual atenda às diversidades culturais existentes nessa região.

É sabido que, para que essa biblioteca comunitária se mantenha de forma ativa, é necessário não apenas o apoio de seus líderes, mas a participação de toda a comunidade, pois a gestão de uma biblioteca comunitária é de responsabilidade de todos os que estão nela inserida. Nesse contexto, em recente visita à comunidade, em novembro de 2019, verificamos que a biblioteca está em plena atividade, com os frequentadores usufruindo desse espaço de cultura e de convivência, de forma responsável. Também tivemos a grata satisfação de constatar a aquisição novos títulos para o seu acervo, com destaque para *Coletâneas de narrativas Guajajara*, de Duarte et al. (2018). Cabe informar que essa coletânea foi produzida com a participação de professores indígenas dessa aldeia e região.

Nesse contexto, acreditamos que a Biblioteca Judite de Sousa Lima seja um espaço dinâmico de mediação de leitura e de conhecimento, a qual vem oportunizando o acesso à informação, a momentos de lazer e de cultura, para classe estudantil e para a comunidade em geral, favorecendo a formação de cidadãos leitores e pesquisadores, os quais poderão colaborar para o desenvolvimento sociocultural de sua comunidade e para tornar mais resistentes seus laços de pertença étnica. Desse modo, ela colabora para o fortalecimento da sabedoria indígena Tentehar e contribui para o desenvolvimento de um processo de ensino aprendizagem específico, bilíngue, diferenciado e intercultural.

5. Agradecimentos

À toda a comunidade indígena de Morro Branco, que nos acolheu e gentilmente participou da pesquisa. À profa. Telma Pereira Carvalho, ex-coordenadora geral da educação escolar indígena do município de Grajaú, a qual nos auxiliou de forma atenciosa na coleta de dados com a comunidade e professoras, inclusive compartilhando suas memórias sobre a implantação da Biblioteca Judite de Sousa Lima.

Referências bibliográficas

- ABBONIZIO, Aline; GHANEM, Elie. Educação escolar indígena e projetos comunitários de futuro. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 4, p. 887-901, out-dez 2016.
- AB'SÁBER, Aziz. A região da Reserva Indígena Raposa/Serra do Sol. Prévias para seu entendimento. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 65, p. 165-172, 2009.
- ANTUNES, Celso. *Como transformar informações em conhecimento*. 2ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BASTOS, Gustavo Grandini; ALMEIDA, Marco Antônio de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Bibliotecas comunitárias: mapeando conceitos e analisando discurso. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 21, n. 3, p. 87-100, set-dez 2011.
- BRASIL, *Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no país*. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional do Livro. *Os livros são para ler: um manual de treinamento e orientação para encarregados de pequenas bibliotecas públicas*. 2ªed. Brasília: INL, 1977.
- CRESWELL, John. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DUARTE, Fábio Bonfim et al. (Orgs.). *Coletâneas de narrativas guajajara*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais*, 2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgvap-minc-completa79.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- GUEDES, Roger de Miranda. *Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/docs/11a_Bibliotecas_comunitarias__Roger_Guedes.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- IVES, Neusani Oliveira. *Educação infantil Tentehar: encontro e (des)encontros no limiar de um diálogo intercultural*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- IVES-FELIX, Neusani Oliveira; NAKAYAMA, Luiza. A danada da escola está lá: Educação Infantil vivenciada pelas crianças indígenas Tentehar maranhenses. *Tellus*, ano 18, n. 36, p. 39-66, mai-ago 2018a.
- IVES-FELIX, Neusani Oliveira; NAKAYAMA, Luiza; BARROS, Flávio Bezerra. Uma territorialidade em questão: o evento São Pedro dos Cacetes. *Revista Santo Agostinho*, v. 15, n. 4, p. 47-63, jul-ago 2018b.
- IVES-FELIX, Neusani Oliveira; NAKAYAMA, Luiza; FELIX-IVES, José Valdenilson da Silva. Alunos indígenas em uma escola não indígena maranhense: possibilidades e desafios. *Cocar*, v. 12, n. 24, p. 643-664, jul-dez 2018c.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul-dez 2009.

_____. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. *Medicina natural e pajelança*. São Luís: Gráfica Mota, 2010.

MILANESE, Luiz. *Ordenar para desordenar*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NAKAYAMA, Luiza; SOARES, Suely Amador; PRIETO Claudete; SANTANA, André Ribeiro de; DANTAS, Osmarina Maria dos Santos. Espaço de Leitura Profa. Ana Lucia Santos de Jesus e a formação de grandes leitores em Belém - PA. *Educação Ambiental em ação*, v. 6, n. 22, s/p, dez-fev 2008.

PEREIRA, Rodrigo; SILVA, Helen Castro. Competência em informação: perspectivas em torno da Cultura Escolar. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v.17, n. 2, p. 308-331, jul-dez 2012.

SOARES, Cleide Cristina. *Formação da Rede Nacional de Bibliotecas Rurais Arca das Letras: fortalecendo a cultura no campo*. Brasília: MDA, 2010.

VÁLIO, Else Benneti Marques. Leitura e formação de leitores: leitura teoria e prática. *Revista da associação de leitura no Brasil*, n. 8, p. 52-58, 1986.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 11ªed. São Paulo: Atlas, 2009.